



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO ARARANGUÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SAÚDE
SETOR DE APOIO PEDAGÓGICO**

**ORIENTAÇÕES AOS DOCENTES:
BREVE GUIA SOBRE ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA PARA
ESTUDANTES SURDOS E COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

Araranguá, 2025.

APRESENTAÇÃO

Caros(as) professores(as),

Realizamos a elaboração deste breve material para apresentar algumas das principais reflexões e propostas de atuação pautadas na perspectiva da acessibilidade nas instituições de ensino, que diz respeito à possibilidade de transpor barreiras que podem funcionar como entraves à participação de pessoas com deficiência nestes espaços.

Além de garantir a matrícula, este movimento visa a garantir a aprendizagem, pois uma educação de qualidade deve considerar todos os estudantes independentemente de suas questões específicas, garantindo a eles o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao aprender.

Este informativo tem o objetivo de compartilhar com a comunidade universitária que atendem o corpo discente sobre algumas possibilidades de adaptações e alternativas pedagógicas que podem ser utilizadas para estudantes surdos e com deficiência auditiva na Educação Superior. Esperamos contribuir para facilitar a comunicação/interação com estes estudantes.

Desejamos uma boa leitura e ficamos à disposição para futuras articulações que compreendam serem necessárias.

Elaboração:

Maísa Santos de Jesus

Psicóloga Educacional

CRP 12/12446

Setor de Apoio Pedagógico/CTS

Revisão:

Juliana Pires da Silva

Técnica em Assuntos Educacionais

Setor de Apoio Pedagógico/CTS

INTRODUÇÃO

Para que pessoas com deficiência e necessidades educacionais específicas participem plenamente do processo de aprendizagem, é imprescindível que estejamos atentos ao desenvolvimento de estratégias, desde o planejamento e a organização da disciplina, até as aulas e as avaliações. Precisamos partir do princípio educativo de que todos são capazes de se desenvolver e aprender, havendo a necessidade de ações de incentivo à permanência e ao sucesso dos estudantes, que estão amparadas nas legislações vigentes. Algumas delas são apresentadas a seguir.

O Decreto nº 3.298 de 1999 determina que “as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno *portador de deficiência*¹, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.” Já a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), garante o direito à educação para a pessoa com deficiência, apresentando medidas que devem ser consideradas tanto nos processos seletivos para ingresso quanto na permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica.

O(a) estudante com deficiência tem direito, segundo a LBI, a tempo adicional nos prazos de atividades acadêmicas e nas provas avaliativas. Em geral, é garantido 50% de tempo adicional, que, a depender da necessidade do(a) estudante, pode ser ainda ampliado. É importante optar por materiais em formatos acessíveis e checar previamente a acessibilidade dos domínios externos por ventura utilizados (como salas de reunião virtual etc).

Apresentaremos aqui algumas adaptações e estratégias pedagógicas necessárias para equiparar as condições de aprendizagem no contexto da educação inclusiva. Há algumas orientações gerais, que cabem a todas as pessoas com deficiência. São elas:

¹ Atualmente, o termo “pessoa com deficiência” deve ser o adotado. Foi definido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, aprovado em 13 de dezembro de 2006 pela Assembleia Geral da ONU. Foi ratificado no Brasil, com equivalência de emenda constitucional, pelo [Decreto Legislativo nº 186/2008](#) e promulgado pelo [Decreto nº 6.949/2009](#).

- Disponibilize antecipadamente textos, referências e slides que serão utilizados na aula;
- Realize a divisão de atividades em mais de um momento, quando necessário;
- Diversifique as atividades e esteja aberto(a) para substituí-las quando necessário (incluindo as avaliativas);
- Ao organizar suas aulas, sempre que possível, ofereça diferentes formas de apresentação do mesmo conteúdo, por exemplo: mapas conceituais, vídeos, resumos, imagens associativas etc;
- É recomendável que os(as) docentes disponibilizem videoaulas aos(às) estudantes em alguma plataforma digital de fácil acesso como o Moodle, Google Sala de Aula, Google Drive ou Youtube;

Lembre-se: O contato regular com o(a) estudante deve ser mantido para obter o retorno sobre eventuais lacunas de acessibilidade. Converse com o estudante, ele já tem uma trajetória escolar e poderá compartilhar quais estratégias pedagógicas funcionam e são essenciais para ele! É imprescindível dialogar sempre com o(a) estudante e conhecer qual a melhor forma para atendê-lo(la).

PARA APROFUNDAR UM POUCO MAIS A NOSSA REFLEXÃO:

- O bom planejamento não é rígido ou engessado. É aquele que possa ser continuamente repensado a partir das vivências em sala de aula.
- Quando planejamos currículos acessíveis, minimizamos ou mesmo eliminamos a necessidade de adaptar os currículos apenas para um ou dois estudantes.

PESSOAS SURDAS E COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

O estudante surdo é uma pessoa que, em decorrência de perda auditiva, se comunica através da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como língua através da Lei 10.436 de 2002, sendo o meio de expressão e comunicação das pessoas surdas brasileiras. É considerada a primeira língua dos surdos brasileiros e possui estrutura gramatical própria.

A língua portuguesa escrita é a segunda língua das pessoas surdas. Portanto, é comum que muitos surdos apresentem dificuldades para compreender textos acadêmicos muito complexos e para se expressar de forma escrita, respeitando as regras gramaticais e de ortografia da língua portuguesa.

A Deficiência Auditiva consiste na limitação de longo prazo da audição, unilateral total ou bilateral parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas, segundo a Lei 14.768, de 22 de dezembro de 2023.

O tradutor e intérprete de língua de sinais/português (TILSP) é o profissional que faz a mediação da comunicação entre as línguas envolvidas, ou seja, a língua portuguesa e a língua de sinais brasileira. Seu papel em sala de aula é mediar a comunicação entre os sujeitos envolvidos, ou seja, falantes da língua portuguesa e da língua de sinais brasileira. Ele tem responsabilidade somente na mediação da comunicação, não está entre suas atividades ajudar o aluno em atividades acadêmicas.

Durante as avaliações, o TILSP acompanha o estudante surdo e auxilia somente na mediação entre as línguas envolvidas, isso significa que ele não ajudará o aluno surdo a realizar a prova. As dúvidas relacionadas ao conteúdo devem ser esclarecidas pelo professor, tanto nas aulas, nas avaliações e nas demais atividades.

FIQUE ATENTO(A)!

- Não utilize o termo surdo-mudo. A surdez não acarreta nenhuma perda no aparelho fonador e aqueles que não se comunicam oralmente, podem fazê-lo através da Língua Brasileira de Sinais. Desta forma, o correto é dizer pessoa surda ou apenas surdo(a).
- Nem toda pessoa surda é oralizada.
- A Língua Brasileira de Sinais – Libras – é uma língua e não “mímica”.
- Nem toda pessoa surda é usuária de Libras.
- Em um diálogo com uma pessoa surda, você deve direcionar sua fala/explicação a esta pessoa, não ao intérprete.

NÃO UTILIZE

- Portador(a) de Deficiência
- Deficiente
- Pessoa Especial/Excepcional
- Surdo(a)-Mudo(a)

UTILIZE

- Pessoa com deficiência
- Pessoa com necessidades educacionais especiais
- Surdo(a)/Pessoa com deficiência auditiva.

ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO COM PESSOAS SURDAS

A pessoa surda que faz uso da Língua Brasileira de Sinais para se comunicar consegue desenvolver integralmente todas as suas possibilidades cognitivas, afetivas e emocionais, permitindo a sua inclusão e integração com a sociedade. Entretanto, nem sempre as pessoas surdas estão acompanhadas por TILSP, nesse caso indicamos as seguintes estratégias:

- Tente utilizar caneta e papel para transmitir a sua mensagem;
- Aproveite os equipamentos tecnológicos, como o celular, para digitar uma mensagem;
- Aplicativos que convertem texto e/ou fala em Libras têm melhorado muito a comunicação entre surdos e ouvintes. Alguns aplicativos que podem ser utilizados: Hand Talk, ProDeaf, vLibras;
- Algumas pessoas surdas conseguem fazer leitura orofacial, o que pode facilitar a comunicação;
- Ao falar com uma pessoa surda, posicione-se de frente para ela, deixando a boca visível, de forma a possibilitar a leitura labial. Fale pronunciando bem as palavras, mas sem exagero. Use a sua velocidade normal, a não ser que lhe peçam para falar mais devagar;
- **Mantenha o contato visual. Mesmo que a pessoa surda esteja acompanhada de um(a) intérprete, dirija-se a ela, e não ao(à) intérprete.**

VAMOS ÀS ADAPTAÇÕES!

ANTES DA AULA:

- No planejamento da aula, é importante que a diversidade seja pensada desde o início.
- Convidamos vocês a pensarem sobre as seguintes questões:
 - A aula garante opções que ajudem cada estudante a manter o esforço e a motivação?
 - A forma como a informação é apresentada ajuda cada estudante a alcançar compreensão e entendimento; a entender os símbolos e expressões; a perceber o que precisa ser aprendido?
 - As atividades garantem opções que ajudem o estudante a se expressar facilmente e a ser participativo, se engajar, pôr a “mão na massa”?

ATENÇÃO!

- Além de disponibilizar antecipadamente os materiais a serem trabalhados em aula, será igualmente importante disponibilizar horários de atendimento para receber os TILSP, para que os intérpretes possam esclarecer dúvidas necessárias para a elaboração de material adequado para os estudos do(a) discente.
- Sempre que possível, de modo particular, questione o(a) estudante surdo(a) sobre a compreensão dos conteúdos e quais medidas podem contribuir positivamente em seu processo de aprendizagem. Para isto é fundamental disponibilizar horários de atendimento para ele e os intérpretes.

DURANTE A AULA:

- É fundamental que o(a) estudante usuário(a) da Libras tenha acompanhamento de profissional intérprete de Libras. Verifique a presença deste profissional em sala de aula, acompanhando o estudante;

- Fale em velocidade média ou certifique de que a velocidade de sua fala está adequada para o ritmo da interpretação pelo Intérprete (**parceria necessária**);
- Tendo disponibilizado o cronograma com aulas e avaliações do semestre, como já discutimos anteriormente, atente-se em informar sobre qualquer alteração no cronograma da disciplina para o aluno e o TILSP que o acompanha;
- Pontue os conteúdos e atividades que serão desenvolvidas durante a aula;
- Indique quais textos são considerados básicos e essenciais para a disciplina, portanto de leitura obrigatória;
- Opte pela indicação de textos/artigos mais curtos, quando possível, ou possibilite o estudo fragmentado dos textos;
- Utilize roteiro de leitura/estudo dirigido dos textos, com questões-chave sobre os aspectos/conceitos mais importantes a serem compreendidos. Esse roteiro, além de auxiliar o estudante surdo, vai permitir que o professor avalie o que de fato o estudante está compreendendo daquele conteúdo;
- Utilize as fontes **sem serifas** como ARIAL, CALIBRI, TAHOMA OU VERDANA;
- Ao elaborar as aulas abuse dos indicadores visuais, pois as pessoas surdas costumam possuir mais facilidade de compreensão se houver imagens, esquemas, cores categorizadas, etc. Aliás, esta estratégia também facilita a aprendizagem dos demais estudantes!
- Descreva todas as ilustrações que utilizar na aula: tais como, imagens, gráficos, tabelas e outras;
- Destaque a compreensão de conceitos, elaborando exercícios com foco no vocabulário (termos / conceitos);
- Disponibilize com antecedência os materiais (textos, slides, figuras, etc) a serem utilizados em aula, tanto para os TILSP quanto para o estudante surdo, possibilitando a leitura prévia e uma interpretação qualificada;
- Sempre utilize orientações claras e objetivas;
- Nas aulas expositivas-dialogadas, bem como nas apresentações de trabalho, oriente que fale um estudante por vez, de modo claro e articulado, possibilitando a tradução em Libras com qualidade;
- É importante evitar qualquer tipo de barreira visual, como falar colocando as mãos no rosto ou o uso de microfone em frente à boca.

- Ao escrever em quadros, não dar explicações enquanto estiver de costas, pois não permitirá a leitura labial. Além disso, o estudante não consegue focar no intérprete e no quadro para fazer algumas anotações. Caso esse posicionamento do professor seja necessário, ele precisa disponibilizar um **tempo extra** para que o estudante faça as anotações antes de ir para o próximo tema;
- Caso utilize termos específicos em outra língua (por exemplo, palavras em inglês), escreva ou solete para que o aluno consiga entender;
- Atente-se para que ninguém passe entre o estudante surdo e o TILSP durante a comunicação;
- Caso indique vídeos, documentários e/ou filmes, certifique-se de que eles possuem legendas para que o estudante surdo possa acompanhar (na utilização de aplicativos com a funcionalidade de gerar legenda, prezar para que não haja erros). O ideal para as pessoas surdas é que haja tanto a opção da legenda quanto a inclusão da janela de Libras, porque atende as usuárias e não usuárias de Libras. **Se o TILSP fizer a interpretação, o estudante não poderá assistir ao material e perderá informações visuais que estão presentes no vídeo;**
- Ao produzir vídeos com a apresentação de slides, observar o tamanho das letras nos slides, pois após a inserção da janela de Libras as letras poderão ficar menores. Ressaltamos que a inserção de legenda deve ser feita com fontes contrastantes e em tamanho legível;
- Ao realizar aulas na modalidade *on-line* pelo Moodle, atente-se para a necessidade de liberação do acesso para o TILSP;
- Se as aulas na modalidade *on-line* forem gravadas e disponibilizadas à turma, certifique-se de que a gravação irá captar a janela do TILSP. Isso ainda não é possível no Google Meet, por exemplo. No Moodle, o BigBlueButton permite a gravação da janela do intérprete;
- Se ainda assim você optar em utilizar o Google Meet, você poderá gravar a tela utilizando o programa OBS, conforme o tutorial disponível aqui: <https://drive.google.com/file/d/1pSYKT6z74Ya5AAoYXdLzXk1blwrwyr6g/view>

- **IMPORTANTE:** Lembre-se do que já apontamos, em um diálogo com o estudante, o professor deverá direcionar sua fala/explicação ao estudante e não ao TILSP.

DURANTE AS AVALIAÇÕES

ATENÇÃO! SOBRE O USO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ACESSO DAS PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO:

Decreto nº. 5626/2005 - Art. 14, **VI** - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa; **VII** - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos

- Defina os critérios de avaliação a partir dos objetivos de aprendizagem;
- Utilize recursos visuais nas avaliações;
- Desenvolva as avaliações com enunciados diretos e objetivos;
- Evite questões muito extensas fragmentando o problema em várias perguntas;
- Converse com o estudante e possibilite avaliações orais se for do seu interesse, visto que a língua natural da pessoa surda é a Libras.
- Utilização de gravação de vídeo em resposta a uma questão dissertativa (estudante surdo sinaliza em Libras e o TILSP traduz oralmente para Língua Portuguesa);
- Informe as datas das avaliações com antecedência para permitir a organização do estudante;
- Ao realizar a correção das avaliações dos estudantes surdos é necessário privilegiar o conteúdo, regras gramaticais e de ortografia da língua portuguesa também devem ser observadas/corrigidas, entretanto não devem ser consideradas para atribuição da nota. Reiteramos: a pessoa surda usuária de

Libras tem a língua portuguesa como segunda língua. Dessa forma, pode apresentar algumas dificuldades na compreensão ou especificidades na escrita;

- Diversifique a elaboração de diferentes tipos de questões, como: questões dissertativas; questões de múltipla escolha; questões verdadeiro/falso; questões de relacionamento de colunas;

- Ciente dessa limitação, o(a) docente, ao avaliar os textos escritos por essas pessoas devem considerar o valor semântico do conteúdo e não as normas sintáticas. Em caso de dúvidas sobre o conteúdo escrito procure o(a) interprete que acompanha esse(a) discente surdo(a), que poderá mediar a compreensão, ou ainda o(a) próprio(a) discente e perguntar: O que você quis dizer com isso?"

- É possível conceder ampliação do tempo para realização das atividades avaliativas, tendo por base o artigo 27 do Decreto nº 3.298/1999, como já citamos anteriormente.

PARA CONCLUIR...

Nosso objetivo, com este breve material, foi o de chamar a atenção para a pertinência de planejarmos aulas que contemplem todos os estudantes. Os currículos voltados para a diversidade existente em sala de aula vão estar verdadeiramente incluindo as pessoas com deficiência, contribuindo para o acesso ao direito à educação, para a eliminação da discriminação e, sobretudo, para a construção de uma coletividade mais acolhedora.

As relações em prol da inclusão, estabelecidas entre os(as) docentes, as coordenações de curso, as chefias de departamento e as demais equipes que atendem os discentes, requerem parceria, compartilhamento de ideias e troca de experiências, para beneficiar o estudante. A construção e a reconstrução de possibilidades de acessibilidade curricular fazem parte do cotidiano, tornando-se o meio de verificar as potencialidades e fragilidades do processo de construção do Ensino.

A reflexão sobre os planejamentos e as ações desenvolvidas na sala de aula pode servir como ponto de partida para a construção de novas estratégias. Neste processo, contem conosco!

REFERÊNCIAS

ALVES, Cândida Beatriz. **Acessibilização e Planejamento**. [Apresentação em slides]. Brasília: IFB, 2023.

BEZERRA, Karla Giselli de Oliveira et al (org.). **Guia de acessibilidade**: orientações aos docentes. Recife: EDUFRPE, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

BRASIL. **Lei 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. **Lei 10.436 de 2002, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm

BRASIL. **Lei 14.768, de 22 de dezembro de 2023**. Define deficiência auditiva e estabelece valor referencial da limitação auditiva. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14768.htm

LOPES, Diéssica Zacarias Vargas Lopes et al (org.). **Estudantes surdos na educação profissional e superior**: conceitos, alternativas e adaptações pedagógicas. Santa Maria: CAED-UFSM, 2023.

MORAGAS, Vicente Junqueira. **Como se referir a pessoas que possuem deficiência?** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 2022. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-inclusao/como-se-referir-a-pessoas-que-possuem-deficiencia>. Acesso em 28 de julho de 2025.

PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira; NEGRINI, Tatiane (org.). **Práticas de ensino colaborativo para alunos com deficiência, surdez e autismo**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2024.

PLETSCH, Márcia Denise et al (org.). **Acessibilidade e desenho universal aplicado à aprendizagem na educação superior**. Nova Iguaçu: Obee, 2020.

PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza (org.). **Guia de Orientações Didáticas**: acessibilidade pedagógica para estudantes surdos. Porto Velho: [s. n.], 2022.

SILVA, Ana Paula Silva da et al. **Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação profissional e tecnológica e na educação superior**: alternativas e adaptações curriculares. Santa Maria: CAED-UFSM, 2023.